

CLÍNICA DE FINANÇAS: ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR SOBRE ENDIVIDAMENTO, EDUCAÇÃO FINANCEIRA E PROMOÇÃO DE SAÚDE.

Alexandre Reis¹; Fernanda Pires Jaeger²;

RESUMO

O trabalho refere-se a uma experiência de extensão que tem como objetivo realizar intervenção interdisciplinar aos superendividados da cidade de Santa Maria e educação financeira. Participaram do projeto 34 pessoas que o procuraram entre abril e dezembro de 2015. Foram realizadas oito reuniões de acolhimento coletivo, 34 entrevistas sócio-econômicas, além da sessão de conciliação com os credores. Desenvolveram-se também ações de educação financeira junto aos participantes e em instituições da comunidade. O trabalho possibilitou uma assistência de maneira integral e humanizada aos participantes a partir de diferentes dimensões do fenômeno: psicológica, econômica e jurídica. Diante das intervenções realizadas constatou-se que estes espaços constituíram uma forma orientação, apoio e cuidado capaz de promover saúde e reorganização da vida dos superendividados.

Palavras-chave: Superendividamento; Promoção de Saúde; Educação Financeira; Interdisciplinaridade.

Abstract

The work refers to an extension of experience that aims to conduct interdisciplinary intervention overindebted to the city of Santa Maria and financial education. Project participants were 34 people who sought between April and December 2015 were held eight meetings of collective reception, 34 socio-economic interviews, as well as conciliation meeting with creditors. developed also financial education activities with the participants and community institutions. The work enabled a comprehensive manner and humanized assistance to participants from different dimensions of the phenomenon: psychological, economic and legal. Before the interventions it was found that these spaces constituted a form guidance, support and care that promotes health and reorganization of life of overindebted.

Key-words: Overindebtedness; Health Promotion; Financial education; Interdisciplinarity.

¹ Docente do Curso de Ciências Econômicas do Centro Universitário Franciscano. alexreis@unifra.br

² Docente do Curso de Psicologia do Centro Universitário Franciscano. fpjaeger@unifra.br

1. INTRODUÇÃO

O superendividamento dos consumidores constitui um fenômeno social de extrema relevância na atualidade. Todavia, esta questão não faz correlação somente a um campo de conhecimento, posto que se configura como um grave e crescente problema social que necessita, para seu entendimento e enfrentamento, da articulação de diferentes disciplinas tais como Direito, Economia e Psicologia entre outros (HENNIGEN, 2012).

De acordo com o IPEA (2012) 54,15% das famílias entrevistadas declararam ter alguma dívida. A pesquisa aponta que a dívida média mensal das famílias brasileiras chega a R\$ 5.426,59. A pesquisa indica também que quase 20% das famílias têm alguma conta atrasada, mas cerca de 60% acreditam que conseguirão quitar essas dívidas total ou parcialmente no mês seguinte. De acordo com o documento uma família em cada dez encontra-se com grau de endividamento elevado. A melhor situação em relação ao endividamento foi registrada entre as famílias da Região Centro-Oeste e a mais complicada foi verificada no Norte do país, onde apenas 16% declararam não ter dívida alguma.

Em levantamento feito em 2015, quase metade da renda das famílias brasileiras ficou comprometida com dívidas, segundo dados do Banco Central. O endividamento das famílias chegou a 46,3% em abril, sendo o maior percentual desde o início da pesquisa, em 2005. O Banco Central destaca, no entanto, que a série foi recalculada em março. A conta considera o total das dívidas das famílias em relação à renda acumulada nos últimos 12 meses (BANCO CENTRAL, 2015).

No Rio Grande do Sul, a pesquisa realizada pela Fecomércio, na cidade de Porto Alegre destaca que há o percentual de pessoas famílias endividadas alcançou em março de 2016 um patamar de 68,3. Ao mesmo tempo, demonstra que as famílias que apresentam contas em atraso atingiram 31,2%, demonstrando um aumento significativo ao longo de um ano em que este índice era de 19,2%. Dentre os participantes da pesquisa 8,6% não terão condições de pagar suas dívidas (PEIC, 2016).

Ainda sobre isso e os avanços no monitoramento do controle do endividamento a FGV e a consultoria Tendencia criaram um o Índice Tendências de Endividamento Oneroso

(ITEO), um indicador da variação do endividamento das pessoas físicas no Brasil, que reflete os limites do endividamento de uma pessoa (CARVALHO, 2008).

Com a expansão do crédito no Brasil houve a elevação do mesmo à condição de estrela pelos meios de comunicação. Em fevereiro deste ano, o volume de empréstimos e financiamentos concedidos pelo sistema financeiro foi de R\$ 957,6 bilhões, com crescimento de 1,1% em relação a janeiro deste ano e de 27,9% ante fevereiro de 2007. A relação entre o crédito e o Produto Interno Bruto (PIB) chegou a 34,9%, ante 30,9% em fevereiro do ano passado. Os empréstimos para pessoas físicas alcançaram R\$ 250,7 bilhões, com crescimento de 25% em 12 meses e de 1,7% na comparação com janeiro deste ano. E a inadimplência manteve-se estável, em 7,1%. E ainda neste mesmo estudo, o Banco Central, constatou que o crédito imobiliário também contribuiu para o crescimento do endividamento das famílias brasileiras (BANCO CENTRAL, 2016).

Segundo a Serasa Experian, a elevação das taxas de desemprego, o peso da inflação mais alta no bolso do consumidor e os juros cada vez maiores incidentes sobre as dívidas estão dificultando a situação financeira do consumidor (SERASA, 2015).

Para Mello (2011) o endividamento corresponde a uma antecipação de rendimentos que viabilizam acesso ao consumo de bens e serviços a população. Já o sobre endividamento ou superendividamento ocorre quando há o descumprimento do pagamento das dívidas com ou sem a contratação de crédito. Para o autor esta situação vai se apresentar diante do que ele vai chamar de “acidentes da vida”, ou seja, quando ocorre desemprego, morte de pessoa responsável pelo sustento da família, doenças ou sinistros, entre outros fatores, que impedem o pagamento de dívidas e despesas fixas mensais do orçamento doméstico.

O superendividamento é concebido como passivo quando o consumidor não colabora ativamente para o quadro de insolvência ou de ausência de liquidez, esse acontecendo em função de algum "acidente de vida", como o desemprego, redução de renda, doenças ou de oscilações das moedas, altas das taxas de juros, entre outros. Já no superendividamento ativo, o consumidor abusa do crédito e consome acima das possibilidades do seu orçamento de forma que, mesmo em condições normais, ele não poderia saldar as dívidas que contraiu. Dentre esses, há os inconscientes, aqueles que agem impulsivamente e/ou não conseguem calcular corretamente o impacto das dívidas sobre seu orçamento, e os conscientes, consumidores de má-fé que tem a intenção deliberada de não pagar (MELLO, 2011).

No plano macroeconômico, o crédito ocupa um lugar fundamental na dinamização e crescimento da economia contemporânea: financia-se desde a produção até o consumo; governos, instituições e pessoas físicas recorrem ao crédito para fazer frente as suas

necessidades e seus projetos; praticamente inexistente segmento social que não usufrua de alguma modalidade de crédito. No âmbito pessoal, o crédito pode se configurar como um mecanismo de inclusão, mas também de exclusão social. Sua democratização, sem dúvida, permitiu a muitos sujeitos e famílias a aquisição de bens e a contratação de serviços que possibilitam melhor qualidade de vida, realizações pessoais e familiares e participação social em função de novas identidades culturais. Neste sentido, as organizações de defesa dos consumidores, de acordo com Bertonecello e Lima (2007), costumavam conceber o crédito como exercício de liberdade e autonomia do lar, defendendo a inclusão das famílias mais pobres no mercado financeiro. No entanto, o crédito pode gerar grandes dificuldades financeiras, podendo gerar inclusive a exclusão social, quando adquirido de forma excessiva e irrefletida, especialmente, se ocorrer algum "acidente de vida" ao endividado. Por outro lado, se o endividamento ocorrer em um contexto de crescimento econômico, de estabilidade do emprego e, sobretudo, se não atingir as camadas sociais com rendimentos próximos do limiar de pobreza, é apenas um processo de antecipação de rendimentos, contribuindo para o aumento do bem-estar das famílias (SANTOS, 2008, p. 3).

De acordo com Santos (2008), no Brasil há duas categorias de consumidores de crédito. Os privilegiados, das chamadas classe média e alta, que não sofrem com a vulnerabilidade dos consumidores em geral. Porém, essa é mais presente e ampla na vida dos consumidores desfavorecidos (os hipervulneráveis ou hipossuficientes), aqueles cujos rendimentos estão próximos do limiar de pobreza, e que podem ter a vida marcada pela precariedade cultural, pouco discernimento, e, em determinadas situações, pela exclusão social.

No entanto, mesmo estes consumidores hipervulneráveis acabam por ter acesso ao crédito. A resposta positiva dos sujeitos e das famílias frente à expansão da oferta de crédito pode ser compreendida a partir de variados fatores, como as alterações de padrões culturais, as taxas de juros favoráveis e os prazos convidativos, e a (relativa) estabilidade do rendimento e do desemprego.

Bragaglia (2010), propõe um quadro compreensivo sobre o que as pessoas buscam via consumo: satisfação ligada à funcionalidade dos produtos, prazer emocional privado e prazer emocional tomando os produtos como comunicadores sociais – para obter distinção e/ou viabilizar pertencimento. De qualquer forma, o consumo hoje constitui um grande marcador cultural e, assim, acaba sendo um importante organizador da subjetividade. Ele é capaz de mover a própria vida, traçando modos de ser.

A cultura do consumo foi se estabelecendo a partir de uma série de processos, dentre eles, o desenvolvimento de tecnologias financeiras que viabilizam a aquisição de produtos e serviços independentemente dos recursos já possuídos. Sendo assim, as mercadorias passam a ser concebidas não apenas como objetos que viabilizam a satisfação de necessidades e desejos, mas como algo que possibilitam a identidade, o pertencimento e o reconhecimento social. Em função disso, o consumo começou a ser considerado uma espécie de motor e matriz das relações sociais (HENNIGEN, 2010).

Tendo em vista isso, pode se constatar que o estabelecimento da sociedade de consumo não é consequência apenas dos movimentos da produção industrial e do sistema financeiro. Esses se enlaçam com o desenvolvimento da cultura do consumo e com a indissociável produção do sujeito consumidor.

Segundo Hennigen (2012), no contexto da Psicologia contemporânea implantou-se uma nova percepção sobre subjetividade, o que tornou possível trabalhar com a idéia de constituição do sujeito consumidor. Utilizar o termo subjetivação, se refere a um processo que já indica um afastamento no que se refere ao modo habitual de compor a subjetividade, a saber: algo da ordem de uma experiência interior, própria ao sujeito, sua essência psicológica.

A subjetividade se produz na relação das forças que atravessam o sujeito, no movimento, no ponto de encontro das práticas de objetivação pelo saber/poder com os modos de subjetivação: formas de reconhecimento de si mesmo como sujeito da norma, de um preceito, de uma estética de si (HENNIGEN, 2012). Nessa perspectiva, o sujeito, à medida que se constitui, também constrói o mundo social. Quebra-se assim a idéia de um sujeito prévio, apreensível em sua essência, existente independente dos discursos que circulam socialmente. Por isso que se fala em posições de sujeito ou modos de subjetivação, concebidos como plurais e dinâmicos.

Diante destes aspectos a educação financeira constitui uma importante estratégia de superação e prevenção ao endividamento. Neste sentido, em 2010 houve a criação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (BRASIL, 2010) uma política de Estado que busca estimular o consumo responsável entre a população e promover a reflexão dos consumidores sobre os riscos quanto ao endividamento. De acordo com esta estratégia a Educação Financeira é compreendida como um processo que permite que as pessoas tenham melhor entendimento dos conceitos e dos produtos financeiros para tomar decisões sobre as oportunidades e os riscos envolvidos.

Desta maneira, o presente projeto teve como objetivo geral realizar intervenção interdisciplinar aos superendividados da cidade de Santa Maria e educação financeira no

âmbito educacional. E como objetivos específicos pretendia-se realizar intervenções individuais e grupais de promoção de saúde junto aos superendividados; Oportunizar espaços de planejamento e educação financeira aos superendividados; Acolher os superendividados no intuito de disponibilizar um espaço de escuta e cuidado dos mesmos.

Alguns estudos com os de Henning (2010) e Mello (2011) tem reforçado a importância que o fenômeno do superendividamento tem assumido na atualidade. Além disso, destacam a necessidade de que diferentes áreas de conhecimento somem forças para uma melhor compreensão e intervenção sobre o mesmo. É neste sentido que o presente projeto visa integrar os cursos de Direito, Economia e Psicologia no sentido de promover saúde, educação e cidadania para consumidores em situação de superendividamento e que buscam conciliação com credores em um órgão do judiciário.

Além disso, há evidências que o superendividamento afeta diferentes dimensões da vida de uma pessoa ou família afetando a saúde e a qualidade de vida. É muito comum que ocorram situações como desemprego, doenças, morte de pessoas responsáveis pelo sustento da família, divórcio entre outros fatores que são agravados pela situação de endividamento. Assim, é fundamental que se desenvolvam ações voltadas para a compreensão dos fatores relacionados a este fenômeno, bem como desenvolver estratégias de orientação, planejamento e cuidados do orçamento doméstico.

Da mesma forma, é imprescindível que se auxiliem estas pessoas a reorganizarem a sua vida, de modo a terem um espaço de escuta quanto as dificuldades enfrentadas e a vivência subjetiva do processo. E a partir disso, através de um trabalho clínico integrado oportunizar um processo de reorganização de suas vidas.

Este artigo é contemplado por uma breve introdução, a história do projeto, a metodologia adotada, além da discussão dos resultados e a conclusão.

2. HISTÓRICO DO PROJETO

No ano de 2006, com o objetivo de constituir um campo de prática para o curso de Ciências Econômicas foi criado um laboratório de práticas em finanças (Unimer) tendo como objetivo possibilitar a oferta de novas experiências para os alunos do curso de Economia. Primeiramente, as ações desenvolvidas eram voltadas para o entendimento e o aprendizado do mercado financeiro, mais especificamente, o mercado acionário e suas derivações. Com as experiências desenvolvidas passou-se a desenvolver ações de orientação e planejamento financeiro para a população. Assim, a tendência de estudo e da prática

profissional foi mais direcionada para o entendimento do consumo, aspecto que se mostrou necessário na rotina dos trabalhos que passaram a ser demandado no Laboratório, bem como em decorrência do crescimento da oferta de crédito e a maior procura por essa operação.

Portanto, verificou-se a grande procura pelas pessoas por orientação e planejamento financeiro e pelo esclarecimento de dúvidas acerca das relações de consumo, sendo assim, se reestruturou o projeto buscando atender estas demandas.

E a partir de 2011, a Clínica de Finanças do Centro Universitário Franciscano incorporou os cursos de Psicologia e o Direito. Estabelecendo uma ação interdisciplinar de cada um destes cursos participantes em prol e na busca no auxílio à comunidade local no tratamento do problema do superendividamento, da promoção de educação financeira e pela atenção e busca por um melhor bem estar e qualidade de vida das pessoas.

Em 2012, a Clínica de Finanças passou a integrar as ações voltas ao público, já atendido junto ao Procon Municipal de Santa Maria, com o objetivo de atender a demanda dos superendividados. E em 2016, o curso de Serviço Social também passou a compor a equipe do projeto.

O objetivo geral então da clínica, passou a ser uma intervenção interdisciplinar junta a pessoas que se encontram em situação de superendividamento na cidade de Santa Maria e região e desenvolver ações de educação financeira junto à comunidade. Como objetivos específicos a clínica ainda desenvolve o levantamento sobre as características socioeconômicas e psicossociais dos superendividados da cidade de Santa Maria, realiza intervenções individuais ou grupais de promoção de saúde junto aos superendividados e Oportuniza espaços de planejamento e educação financeira aos superendividados, Acolhe os superendividados no intuito de disponibilizar um espaço de escuta aos mesmos. Desenvolver ações de promoção de saúde e educação financeira nas escolas, instituições, empresas e sociedade civil organizada.

3. METODOLOGIA

Os dados a serem apresentados referem-se às ações desenvolvidas ao longo de 2015. As atividades iniciaram em março com uma reunião de equipe para o planejamento das ações para o ano. A partir disso, foram realizadas 8 reuniões de acolhimento coletivo entre os meses de abril a dezembro. Nestes encontros coletivos, com duração média de duas horas, houve uma primeira escuta dos participantes, o esclarecimento sobre o funcionamento e as etapas do projeto, o levantamento dos motivos pelos quais os mesmos se encontravam em situação de

superendividamento, o esclarecimento de dúvidas e a realização de oficina de educação financeira. Após esse momento foram realizadas as entrevistas de levantamentos socioeconômicos e psicossocial e orientações individualizadas para cada participante. Esse levantamento sócio-econômico foi realizado através de um questionário com perguntas objetivas e outras abertas que tem como objetivo avaliar a realidade sócio economia do indivíduo e a sua condição de endividamento. Além disso, o questionário procura verificar os motivos pelos quais os indivíduos contraíram as suas dívidas. Este questionário, atualmente, é um formulário eletrônico e os dados são armazenados para posterior tabulação dos resultados.

Após a organização das informações é feita a tabulação dos dados utilizando-se da estatística descritiva, organizando as informações através de tabelas sistematizadas a seguir.

Após este momento foram realizadas as audiências de conciliação entre credores e devedores. Estes encontros buscam uma conciliação entre as partes com o intuito de que o devedor possa saldar a sua dívida. Todas as etapas são acompanhadas pelos docentes. E a execução é realizada pelos estudantes dos cursos integrantes do Projeto.

As atividades de orientação, planejamento e educação financeira foram desenvolvidas tanto nos encontros em grupo quanto nos encontros individuais. Além disso, foram feitas várias palestras e orientações em outros espaços como Instituições, Escolas, Empresas, Instituições Públicas e Prefeituras. Essas ações têm como objetivo disseminar a prática da educação financeira e orientar e divulgar o Projeto na comunidade local.

Neste sentido, trata-se de um trabalho complexo, interdisciplinar e de extrema relevância para a comunidade, especialmente diante das dificuldades sociais e econômicas a que a sociedade vem enfrentando. O envolvimento dos docentes é bastante significativo na medida em que há necessidade de realização de reuniões de planejamento das ações a serem realizadas pela equipe formada dos estudantes e docentes dos cursos de Ciências Econômicas, Direito, Psicologia.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O projeto tem a intuito de ser uma forma de cuidado interdisciplinar a pessoa que se encontra em situação de superendividamento e viabilizar também ações de educação financeira e orientação jurídica tanto para a população em geral quanto prevenir novas situações de superendividamento dos participantes do projeto.

Trata-se de um projeto bastante amplo que inclui grande quantidade de informações e análises. Os resultados nos permitem conhecer o perfil da pessoa que se encontra em superendividado através do levantamento realizado nas entrevistas, as ações de orientação e planejamento financeiro, apoio psicológico, bem como das sessões de conciliação entre credores e devedores. Assim, serão discutidos dois aspectos do trabalho realizado: o perfil dos participantes do projeto bem como aspectos relacionados ao trabalho interdisciplinar desenvolvido.

4.1 Perfil do Consumidor Superendividado

Quanto ao perfil dos participantes do projeto identificou as características que se encontram a seguir. Em relação ao sexo, identificou-se que dos 34 participantes, 50% eram homens e 50% eram mulheres, demonstrando um equilíbrio neste quesito. Destes 6% encontram-se na faixa etária entre 20 e 30 anos, 38% entre 31 anos e 50 anos, 21% entre 51 e 60 anos e 35% com mais de 60 anos. No que tange ao estado civil 23,53% são solteiros, 38,24% são casados, 2,94% estão união estável, 17,65% divorciados, 17,65% viúvos. No que diz respeito a situação ocupacional 47,06% são ativos, 41,18% aposentados, 2,94% desempregados e 8,82% pensionistas. Em relação ao número de dependentes 23,53% não tem dependentes, 41,18% tem um dependente, 23,53% tem dois dependentes e 11,76% tem três ou mais dependentes.

Como se pode observar os participantes que estão em superendividamento atingem diferentes faixas etárias desde o adulto jovem até a terceira idade, demonstrando ser um fenômeno que não está associado a uma única fase da vida apenas, mas algo que pode acompanhar a pessoa ao longo do ciclo vital, colocando-a em situação de vulnerabilidade e exclusão social (MARQUES, LIMA & BORTONCELLO, 2010). Neste sentido, alguns autores referem a importância das condições econômicas e o impacto na saúde e no desenvolvimento e qualidade de vida das mesmas (HENNINGEN, 2014; 2012; PAPALIA, OLDS E FELDMAN, 2010)

Da mesma forma afeta pessoas que estão em diferentes situações ocupacionais, mas há predominância em pessoas que tem baixa renda, pois percebe-se que todas tem alguma forma de remuneração, mas 94,12% dos participantes tem até três salários mínimos para subsidiar as despesas individualmente, como se vê a seguir.

No que se refere à renda pode-se identificar as seguintes características: 26,47% dos participantes recebiam até um salário mínimo, 67,65% tinham entre um e três salários mínimos e 5,88% mais de três salários mínimos.

RENDA MÉDIA INDIVIDUAL(EM SALÁRIOS MÍNIMOS)		
0	0	0,00%
ATÉ 1	9	26,47%
1 TO 3	23	67,65%
3+	2	5,88%
	34	100,00%

Quadro 1: Renda média individual dos participantes do projeto.

Fonte: Projeto de Extensão Clínica de Finanças

Ao mesmo tempo, a renda média familiar se apresenta da seguinte forma: 8,82% dos participantes têm até um salário mínimo de renda; 79,41% entre um e três salários e 11,76% mais de três salários.

RENDA MÉDIA FAMILIAR (EM SALÁRIOS MÍNIMOS)		
0	0	0,00%
ATÉ 1	3	8,82%
1 TO 3	27	79,41%
3+	4	11,76%
	34	100,00%

Quadro 2: Renda média familiar dos participantes do projeto

Fonte: Projeto de Extensão Clínica de Finanças

Os participantes que procuram o projeto apresentam dívidas com diferentes credores, são empresas e instituições fornecedoras de produtos e serviços que são adquiridos pelos consumidores sem que haja a quitação da dívida. De acordo com o Código de Defesa do Consumidor o fornecedor refere-se a pessoa física ou jurídica pública ou privada que desenvolvem atividade de produção, montagem, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços (BRASIL, 2013). No projeto atende-se até três dívidas com credores por vez por participante.

NÚMERO DE CREDORES		
1	22	64,71%
2	9	26,47%
3+	3	8,82%
	34	100%

Quadro 3: Número de credores por participantes do projeto.

Fonte: Projeto de Extensão Clínica de Finanças

Conforme o quadro acima, 64,71% dos participantes têm dívidas com apenas um credor, 26,47% tem dois credores e 8,82% tem três ou mais credores. Ressalta-se que, caso o participante tenha mais de três credores ele poderá, após a realização de tentativa de acordo com os três primeiros credores, entrar em outro grupo para tentar resolver a dívida com os demais.

MONTANTE DA DÍVIDA(K=1000)		
ATÉ 1K	1	2,94%
1K TO 2K	4	11,76%
2K TO 3K	5	14,71%
3K TO 10K	9	26,47%
10K TO 20K	8	23,53%
20K+	7	20,59%
	34	100%

Quadro 4: Montante da dívida dos participante do projeto.

Fonte: Projeto de Extensão Clínica de Finanças

Analisando o quadro acima é possível identificar que 2,94% dos participantes apresentam dívidas de até R\$1.000,00, 11,76% de R\$1.000,00 a R\$2.000,00, 14,71% entre R\$2.000,00 e R\$3.000,00, 26,47% entre R\$3.000,00 e R\$10.000,00, 23,53% entre R\$10.000,00 e R\$20.000,00 e 20,59% tem mais de R\$20.000,00 de dívidas.

Ao se avaliar o montante da dívida e o salário dos participantes do projeto pode se pensar que os mesmos encontram-se vulneráveis na medida em que a maioria, ou seja, 94,12% dos participantes recebem até R\$2. 368,00 de remuneração sendo que 70,59% tem dívidas acima dos R\$3.000,00.

CAUSA(S) DA(S) DÍVIDA(S)		
DESEMPREGO	5	9,26%
REDUÇÃO NA RENDA	11	20,37%
DOENÇA	13	24,07%
GASTO	14	25,93%
OUTROS	4	7,41%
MORTE	1	1,85%
DIVÓRCIO	3	5,56%
NA	3	5,56%
	54	100,00%

Quadro 5: Causas da dívidas dos participantes do projeto

Fonte: Projeto de Extensão Clínica de Finanças

No que diz respeito às causas das dívidas os seguintes aspectos são mencionados: 9,26% desemprego, 20,37% redução da renda, 24,07% doença, 25, 93% gasto excessivo, 1,85% morte de membros da família, 5,56% divórcio e 12,97% apontaram outras causas. É importante destacar que neste quesito o participante pode apontar mais de uma resposta. Fica evidente que o aumento nos gastos foi o principal aspecto mencionado pelos participantes, muitas vezes associado a outras situações designado por MARQUES (2010) de “acidentes da vida” que colabora para o desencadeamento do superendividamento passivo.

4.2 Quanto ao trabalho interdisciplinar

Todas as ações tem caráter interdisciplinar sendo realizadas em conjunto por docentes e acadêmicos dos cursos de Ciências Econômicas, Direito e Psicologia. Isto possibilitou tanto uma compreensão maior por parte da equipe de trabalho dos diferentes fatores associados a situação de superendividamento quanto possibilitou uma atenção mais integral ao superendividamento.

Neste sentido é interessante lembrar as ideias de Japiassu (1976) que destaca a importância de um trabalho interdisciplinar que se manifesta através das trocas entre as disciplinas, no interior de um projeto. Reconhece-se que para intervir junto a pessoas que se encontram em situação de superendividamento é necessário contemplar conhecimento advindo de diferentes áreas de conhecimento, tal como aponta Henning (2010) na medida

em que apenas uma abordagem não dá conta de solucionar os problemas que se apresentam na vida destas pessoas.

Além de ser um espaço de busca de solução para um problema jurídico e econômico percebe-se que as ações do projeto também constituem uma forma de apoio e cuidado aos superendividados. A vergonha, o medo, a insegurança, o desespero foram sentimentos comuns evidenciados nos relatos dos participantes, sendo que as mesmas manifestações também foram citadas por Henningen (2012) em seu estudo.

Nos encontros de acolhimento coletivo identificou-se que muitos dos participantes chegavam ao projeto em sofrimento e com problemas de saúde bastante acentuados. Estes em algumas situações eram a principal causa do endividamento configurando um superndividamento passivo (MARQUES, 2010) e também havia situações em que as dificuldades enfrentadas para sanar as dívidas causavam sofrimento e adoecimento intenso. Outro aspecto identificado corresponde ao fato de que alguns estavam há alguns anos tentando resolver a situação através de diferentes meios e vinham ao grupo sem muita esperança em resolver o superendividamento.

Verificou-se também uma desorganização no planejamento financeiro dentre os atendidos e a falta de rede de apoio social e familiar. Neste sentido, a orientação financeira e o apoio psicológico oportunizaram uma reorganização da vida destes participantes, bem como uma melhora na qualidade de vida.

O acolhimento individual oportunizou uma compreensão mais aprofundada das causas do endividamento, dos efeitos que esta situação trouxe para a vida destas pessoas, bem como das oportunidades para solucionar o endividamento. Neste levantamento encontrou-se, de maneira geral, como principais fontes de dívidas o cartão de crédito, lojas de departamento e comércio e bancos (através de empréstimos, créditos consignados e cheque especial).

Nas audiências de conciliação entre credores e devedores buscou-se o acordo da dívida. Dentre as conciliações houve acordo em muitos casos, possibilitando ao endividado o pagamento da dívida, com o parcelamento da mesma. A maior dificuldade encontrada na realização desta etapa do projeto foi o não comparecimento de alguns credores nas audiências de conciliação, o que inviabilizou a continuidade do processo.

Neste sentido, ao longo do primeiro semestre identificou-se a necessidade de intensificação da vinculação da nossa equipe com os credores no sentido favorecer o processo, pois muitos não compareciam nas audiências gerando muita frustração aos participantes e equipe do projeto. A ansiedade esteve presente no período que antecedeu a sessão de conciliação para alguns destes participantes que relataram, inclusive, que não

tinham conseguido dormir na noite anterior ao encontro, mas quando o credor não se fazia presente trazia muita tristeza e falta de esperança. Diante disso, realizou-se um cadastro prévio de todos os credores do município, bem como, começou-se a utilizar as redes sociais de comunicação e impressas entregues pessoalmente aos credores.

Quanto às experiências de educação financeira percebeu-se a importância de haver espaços para as pessoas pensarem nos fatores relacionados ao consumo. Além disso, as ações realizadas demonstraram a importância do planejamento e organização do seu orçamento doméstico, no intuito de evitar novas dívidas.

Nas oficinas de educação financeira realizaram-se atividades de orientação da importância do orçamento doméstico. Também, foram dadas dicas sobre o sistema financeiro, principalmente, sobre a obtenção de crédito e as taxas de juros. Por fim, orientações sobre os contratos de créditos, ou seja, os deveres e os direitos de ambas as partes.

5. CONCLUSÃO

O trabalho realizado foi desenvolvido de maneira interdisciplinar o que possibilitou uma ampliação da compreensão dos fatores relacionados ao superendividamento. Além disso, possibilitou uma assistência de maneira integrada aos participantes do projeto a partir de diferentes dimensões do fenômeno: psicológica, econômica e jurídica.

Diante das intervenções individuais ou grupais realizadas observou-se que estes espaços constituíram uma forma de promoção de saúde junto aos superendividados. Através das orientações, informações disponibilizadas e reflexões oportunizadas possibilitaram reorganização e transformação das condições de vida destas pessoas diante das dificuldades vivenciadas.

O planejamento e educação financeira aos superendividados possibilitaram uma reestruturação jurídica e financeira destas pessoas e um comportamento diferenciado diante do consumo. O acolhimento aos superendividados no intuito de disponibilizar um espaço de escuta aos mesmos por si só constitui uma forma de cuidado, produzindo mudanças para a vida do sujeito não apenas no que se refere ao endividamento, mas na sua totalidade.

REFERÊNCIAS

- BANCO CENTRAL. Disponível em: <https://cidadaniafinanceira.bcb.gov.br/> Acesso em: <23 abr 2016.
- BERTONCELLO, K.R.D; LIMA, C.C. **Adesão ao projeto conciliar é legal** – CNJ: Projeto piloto. 2007.
- BRAGAGLIA, A. P. **Comportamentos de consumo na contemporaneidade**. Revista Comunicação, Mídia e Consumo. São Paulo vol. 7 n. 19 p. 107 - 124, jul. 2010.
- BRASIL. **Estratégia Nacional de Educação Financeira**. Decreto 7.397, de 22 de dezembro de 2010.
- CARVALHO, Maria Christina. Novo índice da Tendências alerta para endividamento. 2008 Disponível em: <<http://gvces.com.br/novo-indice-da-tendencias-alerta-para-endividamento?locale=pt-br#sthash.RjPSVx0y.FK9OVIW6.dpuf>> Acesso em: < 20 abr de 2016>
- FERREIRA, R. **Como planejar, organizar e controlar seu dinheiro**. Thompson. IOB. São Paulo, 2006.
- INSTITUTO DE PESQUISA EM ECONOMIA APLICADA. **Índice de expectativas das famílias**. Brasília. 2012.
- HENNIGEN, Inês & BORGES, João Paulo. Estigma moral e sofrimento *psi*: problematizando a individualização do superendividamento do consumidor. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Abr 2014, vol.14, n.1, p.214-238.
- HENNIGEN, Inês.; & GEHLEN, G. **Com a “vida” no vermelho**: psicologia e superendividamento do consumidor. Pesquisas e Práticas Psicossociais. São João del-Rei, julho/dezembro 2012.
- HENNIGEN, Inês. Superendividamento dos consumidores: uma abordagem a partir da Psicologia Social. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**. vol.10 no.4 Fortaleza dez. 2010.
- MARQUES, Cláudia Lima. Fundamentos Científicos da Prevenção e Tratamento do Superendividamento. Em: MARQUES, Cláudia Lima, LIMA, Clarissa Costa e BERTONCELLO, Káren. **Prevenção e tratamento do superendividamento**. Ministério da Justiça. Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor. Brasília: DPDC/SDE, 2010.
- MARQUES, Cláudia Lima, LIMA, Clarissa Costa e BERTONCELLO, Káren. **Prevenção e tratamento do superendividamento**. Ministério da Justiça. Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor. Brasília: DPDC/SDE, 2010.

MELLO, F.C.V. de. A proteção do sobre-endividado no Brasil. **Revista Luso Brasileira de Direito do Consumo**. v.1,n.2/junho 2011.

PAPALIA, Diane; OLDS, Sally e FELDMAN, Ruth. **Desenvolvimento Humano**. 10. ed. Porto Alegre: AMGH, 2010.

PEIC - PESQUISA DE ENDIVIDAMENTO E INADIMPLENCIA DO CONSUMIDOR. Março de 2016. Disponível em: < http://fecomercio-rs.org.br/uploads/pesquisas/2016_03_28_10_42_58_1_peicmar2016.pdf> Acesso em: 20 abr de 2016.

SANTOS, B. S. dos . **O superendividamento e o controle do empréstimo consignado**.

Disponível em: <http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos_2008_2/brenda_schneider.pdf> Acesso em:< 10 de abril de 2014>.

SERASA disponível em: <http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2015/06/endividamento-das-familias-chega-463-o-maior-em-10-anos-mostra-bc.html> > Acesso em: < 24/04/2016>.